



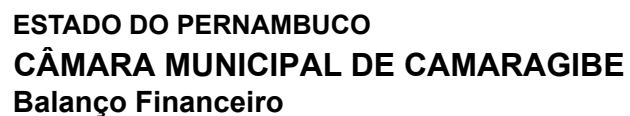
ESTADO DO PERNAMBUCO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
Balanco Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº 163/2019



Exercício: 2020

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2020	2019	Especificação	2020	2019
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	1.253,12	6.609,67	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	11.009.973,63	10.300.559,23
- Ordinária	1.253,12	6.609,67	- Ordinária	11.009.973,63	10.300.559,23
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.253,12	6.609,67	001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.009.973,63	10.300.559,23
- Vinculada	0,00	0,00	- Vinculada	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	11.161.661,72	10.302.628,08	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	150.000,00	0,00
451120200 - REPASSE RECEBIDO	11.161.661,72	10.302.628,08	351120901 - DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO	150.000,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	1.501.431,92	1.455.132,72	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.538.628,21	1.390.468,99
- INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	20.886,11	55.000,00	- PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	55.000,00	13.287,07
Restos a Pagar Não Processados	0,00	55.000,00	Restos a Pagar Não Processados	55.000,00	13.287,07
Restos a Pagar Processados	20.886,11	0,00	- VALORES RESTITUÍVEIS	1.472.028,21	1.386.181,39
- VALORES RESTITUÍVEIS	1.468.945,81	1.400.132,72	21881010101 - Rpps - Retenções Sobre Vencimentos e Vantagens	97.967,57	99.221,91
21881010101 - Rpps - Retenções Sobre Vencimentos e Vantagens	97.967,57	119.256,96	21881010102 - DEDUÇÕES/FALTAS	119,32	0,00
21881010102 - DEDUÇÕES/FALTAS	119,32	0,00	21881010201 - Inss	437.009,90	411.780,74
21881010201 - Inss	435.502,91	396.653,89	21881010401 - Imposto Sobre a Renda Retido Na Fonte - Irrf	594.613,00	561.881,57
21881010401 - Imposto Sobre a Renda Retido Na Fonte - Irrf	594.365,50	564.102,07	21881010801 - Iss	5.532,78	11.111,74
21881010801 - Iss	4.204,87	2.947,74	21881011001 - Pensao Alimenticia	14.420,47	16.669,83
21881011001 - Pensao Alimenticia	14.420,47	14.676,36	21881011501 - Retencoes - Empréstimos e Financiamentos	29.717,32	29.622,56
21881011501 - Retencoes - Empréstimos e Financiamentos	0,00	293.237,56	21881011502 - Empréstimo Consignado - Caixa	285.756,82	0,00
21881011502 - Empréstimo Consignado - Caixa	315.474,14	0,00	21881011601 - Retenção Relativa a Vale Transporte	291,03	0,04
21881011601 - Retenção Relativa a Vale Transporte	291,03	291,04	21881019901 - Outros Consignatarios	6.600,00	0,00
21881019901 - Outros Consignatarios	6.600,00	8.967,10	- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	11.600,00	11.600,00
- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	11.600,00	0,00	113810600 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,53
113810900 - CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	11.600,00	0,00	113810900 - CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	11.600,00	0,00
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
SALDO ANTERIOR (IV)	85.018,16	18.647,91	SALDO ATUAL (X)	50.763,08	85.018,16
11111190004 - BANCOS - CÂMARA	85.018,16	18.647,91	11111190004 - BANCOS - CÂMARA	50.763,08	85.018,16



Exercício: 2020

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2020	2019	Especificação	2020	2019
Total Geral dos Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	12.749.364,92	11.783.018,38	Total Geral dos Dispêndios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	12.749.364,92	11.783.018,38

Documento assinado digitalmente por: PAULO ANDRE DO NASCIMENTO DUDA, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <https://etce.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: be3f6c59-6db3-4258-98df-914bdf752c89



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

CASA VICENTE LACERDA DE MENEZES
PERNAMBUCO

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)



Documento Assinado Digitalmente por: PAULO ANDRE DO NASCIMENTO DUDA, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: be3f0c59-6db3-4258-98df-914bf6752c89

1) INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome da entidade: Câmara Municipal de Camaragibe
b) Natureza jurídica da entidade: 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal b.1) CNPJ: 08.260.630/0001-07 b.2) Principal atividade econômica da entidade: 84.11-6-0 - Administração pública em geral
c) Domicílio da entidade: Rua Sr. Domingos Sávio Dias, 258, Centro, CEP: 54.768-010 – Camaragibe/PE
d) Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Câmara Municipal de Camaragibe possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 806, de 09 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2020). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”
e) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Camaragibe, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas. Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internacionais Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE.
f) Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo do Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco: f.1) Câmara Municipal.



g) Dados do Gestor: Nome: Antonio José Oliveira Borba. Cargo: Presidente. Período de gestão: 01/01/2020 a 31/03/2020. Nome: Paulo André do Nascimento Duda. Cargo: Presidente. Período de Gestão: 01/04/2020 a 31/12/2020.
h) Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome Cyntia Mayara Gomes dos Santos CRC-PE nº 026241/O-9. E-mail: cynthia_mayara@hotmail.com
i) Nome do software da contabilidade: Contabilis
j) Endereço eletrônico do portal da transparência: www.camaracamaragibe.pe.gov.br

2) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

a) Bases de mensuração utilizadas:

a.1) A elaboração do balanço financeiro é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP

a.2) O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme a Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.

a.3) O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

a.3.1) Receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;

a.3.2) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;

a.3.3) As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e

a.3.4) O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa/depósitos restituíveis e valores vinculados).

a.4) A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes;

a.5) O Balanço Financeiro será elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

a.5.1) Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte;

a.5.2) Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;

a.5.3) Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;

a.5.4) Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar; e

a.5.5) Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

a.6) A execução deste balanço se fundamentou no período orçamentário que compreende o dia 01/01/2020 a 31/12/2020;

a.7) As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

a.8) O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais. No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte

(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior

= **Resultado Financeiro do Exercício**

MODO 2

Receita Orçamentária

(+) Transferências Financeiras Recebidas

(+) Recebimentos Extraorçamentários

(-) Despesa Orçamentária

(-) Transferências Financeiras Concedidas



(-) Pagamentos Extraorçamentários

= **Resultado Financeiro do Exercício**

a.9) O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b) Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Financeiro.

c) Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

3) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS:

a) Termos e Definições correlatos ao Balanço Financeiro:

a.1) A Lei nº 4.320/1964 no seu Artigo 103: trata da demonstração contábil Balanço Financeiro (BF) que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios (recebimentos e os pagamentos) extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

a.2) Ingressos:

Receitas Orçamentárias Ordinárias

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, para atender a quaisquer finalidades.

Receitas Orçamentárias Vinculadas

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- a. ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- b. inscrição de restos a pagar.

a.3) Dispêndios:

Despesas Orçamentárias Ordinárias

As despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Despesas Orçamentárias Vinculadas

As despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- a. relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. devolução de depósitos); e
- b. restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Transferências Financeiras Recebidas (Ingressos) e Concedidas (Dispêndios):

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Saldo do Exercício Anterior (Ingressos) e Saldo para o Exercício Seguinte (Dispêndios):

Compreende os recursos financeiros, e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros (de acordo com a Lei nº 4.320/1964 em seu Artigo 3º [...] Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

4) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CORRELATOS AO BALANÇO FINANCEIRO:

a) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não se aplica a este demonstrativo.

b) Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade e pressupostos das estimativas:

Não se aplica a este demonstrativo.

c) Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho das operações da entidade no futuro.

d) Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo no exercício.

5) REFERÊNCIA CRUZADA COM A RESPECTIVA NOTA EXPLICATIVA:

a) Balanço Financeiro:

a.1) Ingressos:

Ingressos		
Especificação	2020	2019
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	1.253,12	6.609,67
- Ordinária	1.253,12	6.609,67
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.253,12	6.609,67
- Vinculada	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	11.161.661,72	10.302.628,08
451120200 - REPASSE RECEBIDO	11.161.661,72	10.302.628,08
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	1.501.431,92	1.455.132,72
- INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	20.886,11	55.000,00
Restos a Pagar Não Processados	0,00	55.000,00
Restos a Pagar Processados	20.886,11	0,00
- VALORES RESTITUIVEIS	1.468.945,81	1.400.132,72
21881010101 - Rpps - Retenções Sobre Vencimentos e Vantagens	97.967,57	119.256,96
21881010102 - DEDUÇÕES/FALTAS	119,32	0,00
21881010201 - Inss	435.502,91	396.653,89
21881010401 - Imposto Sobre a Renda Retido Na Fonte - Irtf	594.365,50	564.102,07
21881010801 - Iss	4.204,87	2.947,74
21881011001 - Pensão Alimentícia	14.420,47	14.676,36
21881011501 - Retenções - Empréstimos e Financiamentos	0,00	293.237,56
21881011502 - Empréstimo Consignado - Caixa	315.474,14	0,00
21881011601 - Retenção Relativa a Vale Transporte	291,03	291,04
21881019901 - Outros Consignatários	6.600,00	8.967,10
- OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	11.600,00	0,00
113810900 - CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	11.600,00	0,00
- OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
SALDO ANTERIOR (IV)	85.018,16	18.647,91
11111190004 - BANCOS - CÂMARA	85.018,16	18.647,91
Total Geral dos Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	12.749.364,92	11.783.018,38

Notas Explicativas:

Nota I – Receita Orçamentária: os valores dos ingressos orçamentários do exercício de 2020 decorrentes das receitas orçamentárias totalizaram R\$ 1.253,12 (Um mil, duzentos e cinquenta e três reais e doze centavos), sendo provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis no Poder Legislativo Municipal, durante o exercício de 2020.

Nota II – Transferências Financeiras Recebidas: o valor registrado nas transferências financeiras recebidas no exercício de 2020 totalizaram R\$ 11.161.661,72 (onze milhões, cento e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), sendo as transferências financeiras recebidas derivas dos repasses recebidos do Poder Executivo, conforme definido na legislação.





Nota III - Ingressos Extraorçamentários: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 1.501.431,92 (Um milhão, quinhentos e um mil, quatrocentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos), sendo compostos por as contas: Inscrição de Restos a Pagar, Valores Restituíveis e Outros Valores Restituíveis.

– **Inscrição de Restos a Pagar:** Restos a Pagar Processados que tiveram sua inscrição realizada no exercício de 2020 representam o valor de R\$ 20.886,11 (vinte mil, oitocentos e oitenta e seis reais e onze centavos).

– **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados:** compreendem os ingressos não previstos no orçamento ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros representam o valor de R\$ 1.468.945,81 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos).

– **Outros Valores Restituíveis:** salário maternidade pago durante o exercício de 2020 de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).

Saldos do Exercício Anterior:

Nota IV – O saldo disponível em 31/12/2029 corresponde ao valor de R\$ 85.018,16 (oitenta e cinco mil dezoito reais e dezesseis centavos), sendo o saldo utilizado para quitar os Restos a Pagar Não Processados inscritos no final do exercício do 2020 de 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

a.2) Dispendios:

Dispendios		
Especificação	2020	2019
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	11.009.973,63	10.300.530,23
- Ordinária	11.009.973,63	10.300.530,23
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.009.973,63	10.300.530,23
- Vinculada	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	150.000,00	0,00
351120901 - DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO	150.000,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.538.628,21	1.397.469,99
- PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	55.000,00	13.287,07
Restos a Pagar Não Processados	55.000,00	13.287,07
- VALORES RESTITUÍVEIS	1.472.028,21	1.383.109,39
21881010101 - Rpps - Retenções Sobre Vencimentos e Vantagens	97.967,57	97.214,91
21881010102 - DEDUÇÕES/FALTAS	119,32	0,00
21881010201 - Inss	437.009,90	412.785,74
21881010401 - Imposto Sobre a Renda Retido Na Fonte - Irf	594.613,00	563.854,57
21881010801 - Iss	5.532,78	2.122,74
21881011001 - Pensão Alimentícia	14.420,47	13.602,83
21881011501 - Retenções - Empréstimos e Financiamentos	29.717,32	293.237,56
21881011502 - Empréstimo Consignado - Caixa	285.756,82	0,00
21881011601 - Retenção Relativa a Vale Transporte	291,03	291,04
21881019901 - Outros Consignatários	6.600,00	0,00
- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	11.600,00	1.073,53
113810600 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	1.073,53
113810900 - CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	11.600,00	0,00
- OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
SALDO ATUAL (X)	50.763,08	85.018,16
11111190004 - BANCOS - CÂMARA	50.763,08	85.018,16
Total Geral dos Dispendios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	12.749.364,92	11.783.018,38

Notas Explicativas:

Dispendios Orçamentários:

Nota VI – Despesa Orçamentária: a despesa orçamentária (empenhado) no exercício foi de R\$ 11.009.973,63 (onze milhões, nove mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos)

Nota VII – Transferências Financeiras Concedidas: as transferências concedidas independentes de execução orçamentária totalizam R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) correspondente ao saldo bancário disponível devolvido ao Poder Executivo.

Nota VIII - Pagamentos Extraorçamentários: Os desembolsos extraorçamentários totalizam R\$ 1.538.328,21 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos), sendo compostos por as contas: Pagamentos de Restos a Pagar, Valores Restituíveis e Outros valores Restituíveis.



- **Pagamentos de Restos a Pagar:** Restos a Pagar Não Processados pagos no exercício de 2020 representam o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).
- **Valores Restituíveis:** compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentárias (ex. devolução de depósitos), representam o valor de R\$ 1.472.028,21 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, vinte e oito reais e vinte e um centavos).
- **Outros Valores Restituíveis:** salário maternidade pago durante o exercício de 2020 de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais)

Saldos para o exercício seguinte:

Nota X – O saldo disponível em 31/12/2020 corresponde ao valor de R\$ 50.763,08 (cinquenta mil, setecentos e sessenta e três reais e oito centavos).

a.3) Resultado Financeiro do Período:

O saldo ao final do exercício de 2020 para devolver ao Poder Executivo foi de R\$ 29.876,97 (Vinte e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos) para chegar ao mesmo utilizamos o saldo para o exercício seguinte de 50.763,08 (cinquenta mil setecentos e sessenta e três reais e oito centavos) menos os Restos a Pagar Processados - inscrição no exercício de R\$ 20.886,11 (vinte mil oitocentos e oitenta e seis reais e onze centavos).

a.4) Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos:

Não se aplica a entidade em questão.

a.5) Reconhecimento das Retenções:

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

6) DESCREVER OS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

- a) O ente não possui saldos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

7) DESCREVER AS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE AS TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO QUE NÃO ENVOLVEM USO DE CAIXA:

- a) O ente não possui informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvem uso de caixa.

8) DESCREVER OS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, SE HOVER:

- a) **Reconhecimento das Retenções:**
O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

9) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP), CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com o MCASP;	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP.	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP.	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos por competência incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Metodologia de reconhecimento dos créditos e sistematização de ajustes para perdas.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Contratação de sistema para registro de créditos por competências;	Sistema de Informações Contábeis adequado metodologia de registro de direitos por competência	Presidente/Tesouraria	31/12/2014	Concluída
Estabelecimento de metodologia para ajuste para perdas para os créditos registrados por competência;	Metodologia por tipo de ajuste para perdas	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado metodologia de ajustes para perdas	Assessoria	31/12/2014	Concluída

Documento Assinado Digitalmente por: PAULO ANDRE DO NASCIMENTO DUDA, CANTIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
 Acesse em: <http://etce.ice.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: be9f6c59-4db3-4258-98df-914bf6752c89

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimento para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões;	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída

Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2021	Em andamento

Adequação/Aquisição de sistema para registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em conta de controle;	Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes;	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/Aquisição de sistema de controle Patrimonial;	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio	Presidente/Controle Patrimonial	31/12/2019	Concluída
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema;	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado	Controle patrimonial	31/12/2019	Concluída
Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de depreciação, amortização e exaustão dos ativos;	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial/Assessoria Contábil	31/12/2019	Concluída
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de depreciação, reavaliação, etc. Dos elementos patrimoniais	Assessoria	31/12/2019	Concluída

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria	31/12/2018	Concluída



Documento Assinado Digitalmente por: PAULO ANDRÉ DO NASCIMENTO RUDA, CANTIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
 Acesse em: https://etce.de.pa.gov.br/ppi/validaDoc.seam?codigo_documento=be3f6c59-6db3-4258-98df-914bf6732c89



Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
--	--	---------------------	------------	--------------

6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.				
Ação				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência;	Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência;	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento

7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.				
Ação				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência;	Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil das demais obrigações por competência.	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento

8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução a valor recuperável.				
Ação				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidencição de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidencição de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Controle Patrimonial Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Evidencição contábil de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP

Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Aquisição\ Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam agregados.	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Presidente/Assessoria	31/12/2014	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

Ajustes das demonstrações contábeis para o novo padrão, com inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequada à nova metodologia	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido	Assessoria	31/12/2014	Concluída

Obs.1: As subações devem ser preenchidas a critério do gestor, adequando-as a sua realidade, desde que conexas às diretrizes estabelecidas nas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Obs.2: A informação "Situação Atual" deve ser preenchida com uma das seguintes opções: "Em andamento", "Paralisada", "Não iniciada" ou "Concluída".



Documento Assinado Digitalmente por: PAULO ANDRE DO NASCIMENTO DUDA, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
 Acesse em: <https://etce.ice.petrobras.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: be3f6c59-6db3-4258-98df-914b6d752c89